

Subjetividades confiscadas: silêncios e silenciamentos num terreno etnográfico

Elsa Lechner



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/sociologico/690>

DOI: 10.4000/sociologico.690

ISSN: 2182-7427

Editora

CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

Edição impressa

Paginação: 83-89

ISSN: 0872-8380

Referência eletrónica

Elsa Lechner, «Subjetividades confiscadas: silêncios e silenciamentos num terreno etnográfico», *Forum Sociológico* [Online], 22 | 2012, posto online no dia 26 fevereiro 2013, consultado o 21 junho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/690> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/sociologico.690>

Este documento foi criado de forma automática no dia 21 de junho de 2024.

O texto e outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

Subjetividades confiscadas: silêncios e silenciamentos num terreno etnográfico

Elsa Lechner

A História é o privilégio de que nos devemos
lembrar
para não nos esquecermos de nós mesmos.
Michel de Certeau

- 1 Este texto propõe-se refletir sobre o sentido dos silêncios e silenciamentos num terreno etnográfico a partir de um caso concreto na área do estudo das migrações. Entende-se aqui por silêncio um lugar de não enunciação dos sujeitos face a formas prevaletentes de poder. No terreno em causa, estas formas de poder encontram-se nos dispositivos clínicos utilizados pelos médicos junto dos pacientes migrantes, que espelham, de forma mais geral, as relações de desigualdade estrutural entre migrantes, autóctones e o Estado.
- 2 O objetivo é analisar o silêncio neste terreno como uma forma de ação que levanta questões de fundo sobre o substrato histórico das relações entre sujeitos/saberes em contextos que chamamos de dominação. Nesse sentido, a não enunciação ou o discurso confiscado dos migrantes pode servir de pré-texto para uma análise ancorada das ambivalências e contradições da interculturalidade institucional, como via de vislumbamento de um possível diálogo.
- 3 Partindo do caso de Fernanda¹, é entendido o silêncio como reverso da medalha dos saberes hegemónicos inquestionáveis, e proposta a sua escuta atenta e refletida através dos instrumentos da pesquisa biográfica. A proposta trespassa a capacidade auto-reflexiva dos cientistas sociais.

Os silêncios de Fernanda. Ou o monólogo dos saberes inquestionáveis

- 4 O contexto geral deste caso é significativo. Tratou-se do meu trabalho de campo na “Consulta de Psiquiatria Transcultural” em funcionamento para migrantes no Hospital Miguel Bombarda em Lisboa, de Julho de 2004 a Dezembro de 2007. Neste terreno realizei uma pesquisa sobre psicopatologia das migrações em contexto nacional, para a qual fui formalmente autorizada pela direção da Consulta e pelo Comité de Ética do hospital. A autorização contemplou a minha participação nas consultas entre psiquiatras ou psicoterapeutas e os migrantes; nas reuniões da equipa e o contacto direto com os pacientes. Pude assim presenciar os encontros terapêuticos entre clínicos e utentes, tendo também, quando solicitada pelos médicos, participado de viva voz nos diálogos entre eles/elas. Realizei diversas entrevistas com pacientes deste serviço com o intuito de conhecer as respetivas razões para recorrerem à consulta, os seus percursos migratórios e terapêuticos, bem como os idiomas de dor e resiliência suscetíveis de serem pronunciados, anunciados, ou revelados pelos próprios migrantes aos seus interlocutores (os técnicos de saúde de um lado, e a antropóloga, de outro) (Lechner, 2009a).
- 5 O contexto específico do caso que aqui nos ocupa foi o das consultas semanais entre Fernanda e um dos psiquiatras do grupo transcultural. Fernanda era uma sexagenária residente num centro de apoio a refugiados, de onde havia sido conduzida ao hospital. Saiu do país onde se encontrava em plena situação de guerra civil, nos anos 90, “com uma espingarda apontada ao pescoço”, disse, e foi trazida para Portugal pela milícia portuguesa. Tinha vários filhos de diferentes pais, cada um residia num outro país, entre os EUA, a Itália e Portugal. Estes já se encontravam há mais tempo do que ela no estrangeiro e Fernanda já havia residido em casa de uma das filhas, na periferia de Lisboa. Foi por causa de desentendimentos com a filha e a neta que voltou para o lar de refugiados (hoje extinto).
- 6 Dona Fernanda foi levada à consulta por se queixar de mau relacionamento com colegas do centro de refúgio. Sentia-se também cansada e confusa. Os responsáveis do Centro consideraram que precisava de ajuda especializada. Entretanto, tentavam eles ajudar com o processo de legalização e de realojamento familiar.
- 7 Os encontros com o psiquiatra foram vários. Ao longo de semanas, meses, Fernanda, o psiquiatra e eu reuníamo-nos numa sala branca de hospital onde o não-dito falou mais do que o resto sobre os seus males. O silêncio disse tudo, mas não sozinho. Foi preciso ter em conta o espelho do saber e do estatuto do médico (e também meu) que certamente condicionaram o debitar das palavras usadas, bem como das que Fernanda não pronunciou. Fernanda tratava-nos aos dois por “Doutor” e “Doutora”, respetivamente.
- 8 Atormentada pelos conflitos quotidianos e pelo conflito maior de que não quis falar – o da guerra que a trouxe a Portugal, D. Fernanda respondia com repetições pouco esclarecedoras ao médico psiquiatra. A cada consulta a história era a mesma. Perante as perguntas, as palavras e impossibilidade de dizer também se repetiam. Mas Fernanda insistia em ir falar com o Senhor Dr. Parecia que mantinha a ida às consultas por causa das receitas e da quebra que a viagem até Lisboa introduzia na rotina da sua vida quotidiana.

- 9 Estas são meras especulações, como se lê. Entre tudo o que Fernanda pôde dizer da sua história de vida, do seu percurso de migrante entre vários países africanos e como refugiada em Portugal, não registei nada que queira aqui desenvolver. Registei, isso sim, as suas sombras e um comentário do médico psiquiatra que agarro como ponto de partida para desenvolver o propósito analítico deste artigo:

O diagnóstico já estava feito. Fernanda sofria de uma psicose para quem o melhor tratamento, disse o médico, seria deixar intacto o edifício da sua vida de mais de sessenta anos que a poria em risco caso fosse tocado. Eu fiquei a conhecer o diagnóstico oficial quando num dia, ao regressar após uma ausência, Fernanda me abraçou e beijou sorrindo e referindo-se com manifesta satisfação à minha presença. Foi no final da consulta, depois de a paciente sair, que o médico comentou: “Ela deu-lhe um abraço. Essa relação ao corpo não é habitual num psicótico.”

Façamos uma pausa por momentos neste texto.

Paremos para sentir a ressonância desta frase do médico psiquiatra nos nossos corpos e mentes de pessoas que se dedicam às Ciências Sociais e Humanas.

Estaria o psiquiatra a querer contradizer o seu próprio diagnóstico? Não.

Estaria ele a abrir a discussão à discussão? Também não.

O diagnóstico estava feito. Fernanda sofria de uma psicose apesar daquele abraço, dos beijos e do sorriso.

- 10 Para mim, esta pausa tem já todos estes anos. É verdade que logo ali, ao ouvir o que ouvi, sabia que um dia iria escrever sobre o assunto. Mas também é verdade que só agora o fiz. A ideia de “subjetividade de posteridade” sugerida por Walter Benjamin a propósito do trabalho de tradução aplica-se bem a este trabalho de interpretação dos gordos silêncios de Fernanda. Para ela, claro está, esses têm muito mais tempo.
- 11 Foi preciso deixar pousar o tempo do “encontrão” entre Fernanda e o saber médico que ali a classificou, entre o mundo de Fernanda e o meu, para poder escrever sobre as histórias que se contaram no não contar desta mulher.
- 12 Estas projetam o espectro da memória longa do tempo colonial do Império Português, das relações (mesmo atuais) entre Portugal e o seu país de origem – como com o outro país africano onde viveu e trabalhou durante vários anos. Carregam ainda o peso das hegemonias – branca, europeia, científica, médica – sobre as experiências de vida de uma pessoa na posição de Fernanda (por mais pesadas que sejam elas também), e o peso da sua tradição cultural africana na sua condição de mulher. Tais histórias são o reflexo da diferença incomensurável que existe entre um/a cidadão/ã nacional ou estrangeiro, um/a documentado/a ou indocumentado/a, entre ser migrante ou autóctone, refugiada num centro de acolhimento ou médico num hospital do Estado, analfabeta ou representante de um saber hegemónico (seja a medicina, seja a academia). A única proximidade que existia entre nós era o facto de sermos os três seres humanos. Porque até a língua, sem sair da lusofonia, traduziu uma lusotopia com largas distâncias a percorrer.
- 13 A restituição deste silêncio é pois ética e política também. É um esforço que dá conta dos efeitos de ressonância do encontro com esta minha interlocutora *a posteriori* para pôr fim a uma “apropriação colonialista da palavra de outrem” (Pandolfo, 1997) e dar início a um projeto de compreensão de tão grandes diferenças em função das minhas possibilidades presentes de “cientista social”.
- 14 Também a mim, que me apresentei e fui apresentada como antropóloga (que sou) e não médica, Dona Fernanda não quis contar a sua história. Pedi-lhe que me concedesse uma

entrevista para falar do seu percurso migratório, mas, disse ela, a sua história era muito triste. Certamente a minha condição de investigadora, de branca e de portuguesa esteve a par com a sua condição de refugiada em Portugal para Fernanda não aceitar a minha proposta de entrevista. Afinal de contas, e mesmo antes delas, a possibilidade de diálogo entre nós estava comprometida à partida. Fernanda sabia mais do que eu sobre tal impossibilidade. Eu apenas acreditava que as minhas boas intenções e o facto de compreendermos as nossas línguas respetivas bastavam para realizar a dita entrevista.

- 15 Foi preciso conhecer melhor o outro lado desta experiência, o lado de Fernanda, para compreender que o meu trabalho como investigadora sobre o seu caso naquele terreno – e depois como narradora das suas eventuais palavras – seria uma violência. A violência é feita pelos métodos científicos que produzem sentido catalogando e encaixando os silêncios num ambiente “climatizado”. Recorro ao trabalho de Marlene NourbeSe Philip (1989, 2008) – poeta, escritora e jurista canadiana originária de Trinidad e Tobago – para refletir sobre as implicações mais vastas desta violência que pode ser “fazer ciência” e atribuir sentidos julgados universais aos testemunhos dos nossos interlocutores de terreno. Como não tomar em conta os sentidos – leia-se aqui os silêncios – atribuídos por Fernanda à sua experiência de vida na “sua relação com o médico e a antropóloga”?
- 16 Que sentido daria a minha interlocutora à sua experiência independentemente da relação com cada um dos seus interlocutores naquele contexto?
- 17 Poderia a sua história ser contada de outra forma que não pelo silêncio? “Silence was its own language that one could read, interpret, and even speak” (Philip, 1989).
- 18 Qual terá sido a triste história que Fernanda não contou?
- 19 Podemos nós, de tão longe, alguma vez saber? A resposta a esta pergunta é não, não podemos saber. Só podemos supor.
- 20 Devemos nós saber? Sim, devemos tentar saber. Mas apenas enquanto o nosso dever de saber resista à tentação de impor um sentido nosso-julgado-universal-porque-legitimado à experiência de Fernanda. Tarefa essa, reconheça-se, quase impossível, tendo em conta o carácter *situado* de qualquer interpretação, língua ou linguagem.
- 21 Sim, devemos saber, mas apenas enquanto o dever de saber aceite que podemos ficar sem saber e, logo, reconhecer que todo o saber é contextual, sempre já determinado pelo lugar onde estamos, de onde olhamos, a bagagem que temos, as pessoas que somos, o espaço e o tempo que habitamos. Esta premissa/conclusão é útil tanto ao trabalho dos psiquiatras como ao dos cientistas sociais, uma vez que nos permite reconhecer como o lugar de onde fazemos perguntas é outro, socialmente bem diferente do lugar dos nossos interlocutores. Como outra é a própria linguagem que utilizamos e que é por nós apropriada como raramente pode ser pelos nossos entrevistados. Uma terceira utilidade é a de reconhecer o carácter herdado dos cenários de interação no terreno, logo, a possibilidade de inventar alternativas com vista a um diálogo possível.
- 22 O exercício fronteiriço de tentar saber com os nossos meios o que estes mesmos (pela sua hegemonia) impedem os outros de dizer remete-nos para outra dimensão do nosso *dever-saber*: o dever de memória. Para além da memória histórica dos contextos mais vastos relacionados com o colonialismo e pós-colonialismo já referidos, ou com a condição da mulher nas sociedades, a memória, sugerem autores como Michel de Certeau (1975) e Jacques Derrida (1995), é um arquivo privado da História coletiva. E aí, ela é material e cultural mesmo quando se apresenta obliterada pelo esquecimento ou

pela fragmentação. O arquivo privado que cada um/a é usa o suporte tangível dos corpos que todo/as somos como fonte e registo à consignação, e apresenta-se sob a forma de *impressões*. Desta forma, por mais que não fale, por mais que não cante ou dance as suas impressões, cada corpo transporta os silêncios (sejam eles impostos, guardados, transportados mais ou menos voluntariamente) dessas mesmas impressões. Assim, um documento tangível do esquecimento ou obliteração pode ser encontrado nos silêncios dos nossos interlocutores. À margem da lei ou não contemplados por ela – como muitos imigrantes indocumentados –, o silêncio serve-lhes de passaporte para eventuais únicas possibilidades.

- 23 Não o esqueçamos nós, que estamos bem colocado/as para falar (talvez não tão bem para lembrar), que os silêncios, as amnésias e fragmentações são traços daquela memória que cumpre também uma função de luto: luto pelas palavras que não se conseguem dizer, luto pelas histórias que se não podem contar, luto pela amnésia de quem – tendo sido destituída da sua subjetividade – se torna alienada de si própria. São subjetividades invisíveis através do esquecimento ou do apagamento histórico. Estes devem ser reconhecidos, conhecidos e dados a conhecer na forma tangível dos silêncios escutados. Neste sentido, nomear os silêncios de Fernanda, reconhecer-lhes um corpo com contornos bem definidos, é uma forma de curar a amnésia individual e coletiva que lhes estava subjacente à partida. Tal como no trabalho de Marlene NourbeSe Philip sobre a restituição da memória e dignidade de vítimas do passado escravagista (2008), também aqui havia que contar o não contado de Fernanda. Ou seja, havia que fazer um testemunho que desse conta dos seus silêncios cheios de sentido.
- 24 Questão de língua e linguagens, então, igualmente. Das línguas que sabemos falar como língua materna ou estrangeira. Das linguagens nas quais, ao sermos versadas e versáteis, nos posicionamos do lado de quem pode falar. Das que, pelo contrário, ao não serem “dominadas” não permitem um posicionamento equivalente. De línguas que se confundem com a linguagem da subjetividade própria, ou não. Em resumo, da língua, linguagem e fala como poder e *poder-ser*, tanto na *polis* como para si própria à boa maneira ocidental (hiper)moderna em que vivemos (Lechner, 2009b).
- 25 O trabalho de restituição dos silêncios de Fernanda que aqui apresento, permite reconhecer a necessidade de nos livrarmos nas ciências sociais de cânones e regras “*climate-controlled*” que ignoram o incerto. Estas comprometem à partida o exercício de articulação do esquecimento, da amnésia, das subjetividades invisíveis que, nem por isso, deixam de existir ou dar-se a conhecer a quem esteja mais atento àquilo que desconhecíamos previamente ou que se não encaixa nos nossos pontos de referência.
- 26 Tal trabalho acompanha-se necessariamente do esforço paralelo de autorreflexividade por parte dos saberes que por serem hegemônicos tendem a monologar julgando mais do que conhecer. Aquém e além de uma aparente insignificância metodológica, a escuta do silêncio tal como a atenção à contradição entre o diagnóstico do médico e o comportamento da paciente constituem-se como tempos e lugares de produção substantiva. Na contradição entre os beijos e abraços de Fernanda e o diagnóstico de psicose, nomeadamente, estamos perante um silenciamento frequentemente reproduzido nas relações terapêuticas, como muitos técnicos de saúde o reconhecem: o poder do diagnóstico, provisório, afinal torna-se permanente e cola-se à pessoa do paciente, destituindo-a social e afetivamente. Assim, os silêncios e a atenção são também terrenos de ensinamento sobre a capacidade de aprender a contar as histórias

que resistem a ser contadas. O desafio metodológico e técnico torna-se então igualmente um desafio epistemológico.

- 27 De facto, o saber que podemos produzir a partir dos silêncios de Fernanda – tanto no que diz respeito ao contexto histórico mais longínquo da relação entre Portugal e as ex-colónias, como ao contexto da história também colonial do quadro onde a conheci – a consulta de psiquiatria – (Beneduce, 1998), como ainda ao contexto situacional do “encontrão” com as instituições portuguesas, ou da sua história de mulher *ex rabidante*² refugiada em Portugal com filhos de diferentes pais em diferentes países – conduz-nos a uma conceção cívica do conhecimento que deveria servir para sair das amarras de como fazer entrevistas/análises “científicas”, e deixar emergir os sentidos outros, menos evidentes (aparentemente), das matérias que encontramos. O silêncio de Fernanda não pareceu ser uma forma de resistência no sentido consciente ou político de quem não quer falar podendo fazê-lo. Mais se assemelhava a uma resistência por força das opressões/violências várias que uma pessoa como Fernanda viveu ao longo da sua história pessoal, familiar, geracional, como mulher de um determinado contexto cultural que migrou para outro país africano sozinha e, mais tarde, se refugiou num país europeu de língua oficial “igual à sua”, o país ex-colonizador do seu.
- 28 O silêncio de Fernanda é comparável ao seu abraço e beijos que se não encaixam no diagnóstico do médico psiquiatra: resiste a uma classificação mas nem por isso tem o poder de fazer questionar o saber de quem não precisa de o fazer, como o médico. Para que este saber hegemónico dos médicos, tal como o das ciências sociais estandardizadas, se questione é preciso desenvolver uma consciência histórica sobre as posições de poder dos seus representantes quotidianos (médicos e cientistas sociais), bem como uma (igualmente extraquotidiana) capacidade de nos sintonizarmos com os instrumentos de conhecimento que são os nossos próprios corpos, aquém e além do império da racionalidade macrocéfala, ou daquilo a que Derrida chamava de “dogmatismo do paternal *logos*” (2000). Este poder é também o poder de aniquilar os saberes outros e negar, com frequência, as vivências subjetivas... Por consequência, tomar consciência da nossa hegemonia e posição de poder requer rejeitar (re)produzir um saber que é destituído de corpo, separado dos corpos, como as psicoses que os psiquiatras diagnosticam nos seus pacientes!

A pesquisa biográfica e a escuta dos saberes questionáveis

- 29 Os silêncios de Fernanda, como os de todos os migrantes que podemos encontrar em vários terrenos, ensinam-nos mais sobre o que é uma entrevista e como nos posicionarmos nesse delicado trabalho de escuta para além das palavras do que todos os manuais que possamos ler sobre o assunto. É na esteira desta escuta sensível capaz de ouvir os silêncios e se tardar neles que se tem vindo a desenvolver trabalho teórico e prático sobre pesquisa biográfica, em geral, e oficinas biográficas, em particular. Nestas últimas, são justamente propostos exercícios de escuta, de escrita autobiográfica e de partilha, através dos quais cada participante pode fazer (quando quer e pode) a experiência da diferença entre uma escuta sensível e uma escuta sem pausas nem tempo para olhar/sentir as *ressonâncias*, as *impressões* no sentido acima referido.

- 30 As oficinas biográficas acrescentam à formação em pesquisa biográfica o facto de proporcionarem uma experiência de trabalho em grupo onde é posto a nu o carácter *situado* da escuta de cada participante (cada um interpreta à sua maneira os mesmos relatos) e das vivências relatadas (a diversidade é uma constante). Como numa *arbre à palabre* africana, onde cada membro do grupo olha do seu lugar do círculo a árvore que está no meio (e, logo, tem uma perspectiva única, diferente dos demais sobre a mesma árvore), também aqui cada participante faz a experiência da diversidade de leituras possíveis sobre o mesmo objeto de contemplação (cada relato lido em voz alta). Os exercícios propostos nas oficinas biográficas têm ainda a particularidade de permitir trocar impressões sobre as narrativas autobiográficas dos colegas a partir da ressonância que aquelas provocam no corpo aqui entendido como um instrumento de trabalho. A escuta sensível traz para a dianteira do trabalho uma audição ancorada no corpo que cada um é (não o esqueçamos) – tanto investigadores como investigados – e treina uma vigilância metodológica contra a precipitação de julgamentos meramente cognitivos. O ato de conhecer ou tentar compreender a partir desta consciência corporal produz resultados substancialmente diferentes do ato de conhecimento assente numa cabeça isolada de tronco, membros ou entranhas.
- 31 Trazer esta especificidade técnica para o trabalho de investigação etnográfica ou de formação académica é uma ousadia. Para que tal aconteça, é preciso aceitar uma mudança de paradigma científico menos baseado na crença da objetividade dos objetos de estudo sociais, e mais seguro da natureza cambiante, instável, imprevisível desses mesmos objetos. Mas, sobretudo, é necessário partir das mudanças ocorridas ao longo do século XX na epistemologia das ciências sociais. De facto, foi então que se ultrapassou o quadro lógico-formal do modelo científico mecânico anterior, para se passar a sublinhar o potencial heurístico, o carácter subjetivo e histórico dos objetos sociais agora não mais separados dos sujeitos sociais que os protagonizam.
- 32 Neste contexto de produção, a pesquisa biográfica tem desempenhado um papel de fundo relevante, atestado pelo trabalho de autores como Franco Ferrarotti (1981, 1988), Daniel Bertaux (1976, 1981) e Kenneth Plummer (2001, 2003) na sociologia, Gaston Pineau (1996) e a Escola de Genebra na educação, ou, mais recentemente, Christine Delory-Momberger (2004, 2006, 2009) e Jeanne-Marie Rugira (2008) na antropologia e psicossociologia.
- 33 As duas últimas autoras são nomes de referência na investigação fundamental, por um lado, e investigação-ação, por outro, com e sobre histórias de vida, relatos biográficos, processos de biografização, oficinas biográficas, escuta sensível. No texto referenciado na bibliografia anexa, Jeanne-Marie Rugira questiona justamente o lugar da relação com o corpo e com a sensorialidade, no seio de processos de pesquisa e formação em ciências sociais. Rugira defende a ideia segundo a qual a relação com o corpo constitui um pilar incontestável dos processos de formação e de produção coletiva de sentido e de conhecimento. É essa relação que nos restitui a capacidade de aprender, de adaptar e de reagir para além de automatismos socialmente incorporados. Assim, desenvolver as competências perceptivas e de atenção para aprender, compreender e agir torna-se inevitável no interior de um procedimento experiencial utilizado na pesquisa biográfica de inspiração fenomenológica.
- 34 Rugira cita Simone Weil a propósito da passagem da atenção à percepção: “A atenção extrema é o que constitui no Homem a faculdade criativa [...]. A quantidade de génio criativo de uma época é rigorosamente proporcional à sua quantidade de atenção

extrema.” Fazer investigação, formar ou intervir socialmente, para a autora, consiste em percorrer caminhos de novas possibilidades, de criação, que levam ao desvelar de sentidos através da aprendizagem da percepção, da reflexão, do diálogo e da compreensão de si, dos outros e do mundo. A maneira como cada um percebe o mundo determina e depende da experiência que tem dele. Por isso mesmo, é preciso aprender e formar-se a ver com V maiúsculo. Ou seja, é preciso não se contentar em avaliar ou examinar. É preciso aprender com a experiência e não só com o pensamento. É preciso ser “visionário da nossa atividade”, suspender a ação sem atenção, tornarmo-nos responsáveis pelo enriquecimento das nossas percepções, denunciar a facilidade de nos contentarmos com representações grosseiras de nós mesmos, dos outros, dos mundos, deplorar a evidência das nossas incapacidades para melhorar a abordagem da experiência vivida, aprender a encarnar aquilo que sabemos ou queremos explicar. Melhor dizendo, explicar aquilo que conhecemos por experiência através da prática de *epoche*, enquanto prática e atitude, no centro dos processos de pesquisa, de aprendizagem e compreensão.

- 35 No entanto, Rugira também reconhece que a capacidade humana de explorar a própria experiência não é espontânea, sendo assim necessário cultivá-la, treiná-la, se não quisermos ficar pela rama. A sua proposta teórica e prática, que conheço diretamente como formanda³, torna-se tanto mais relevante quando conhecemos o percurso pessoal e teórico de Rugira. Não é insignificante na sua proposta o facto de ser originária do Ruanda, de aí ter vivenciado o genocídio, de se ter exilado no Canadá, de ter vivido longe dos filhos e do marido, e de ter lutado pela obtenção da nacionalidade canadiana. As experiências perturbadoras e traumatizantes que viveu, levaram-na a um contacto privilegiado com essa capacidade de aprender novas percepções de si, dos outros e do mundo, que só estiveram ao seu alcance porque já era uma militante educadora no seu país de origem. No exílio, a nova percepção de si foi questão de sobrevivência – conta no mesmo artigo. No presente, é questão de necessidade, diz:

“Aprendi a ficar em contacto com a experiência subjetiva, percebi-me a mim mesma como sujeito e constatei, com encantamento, que viver e descrever com precisão um gesto interior, que suspender a atividade cerebral ordinária, instaurava uma sensorialidade mais rica permitindo *tomar corpo*” (2008: 78, itálico meu).

- 36 Para Rugira, a autora sobrevivente de um genocídio, o corpo só pode estar no centro dos nossos projetos de investigação. Ele é condição *sine qua non* do nosso saber habitado, via de acesso a um *poder-ser* desde que seja falado, partilhado, dado a conhecer.
- 37 E aqui reencontramos Fernanda. A senhora que sobreviveu a outros exílios: no centro de acolhimento, na sua família, em si própria, no país que a recebeu como refugiada. Exilada de si, como tantas mulheres migrantes, que sofrem no corpo e na mente o que as palavras não chegam para dizer, o que as palavras mascaram na contradição de quererem dizer silêncios, obliterações, amnésias da História, que são coletivas e deixam os ecos de gritos de dor e aflição. Murmúrios, no final. Sopros de vento que a boca não diz. Reservas de música, para lá dos horrores do tempo batido pelos homens.
- 38 Entre a obediência caricata a modos de pensar e fazer incapazes de escutar além das palavras, ou a ousadia de escrever sobre os silêncios que fazem corpo, parece mais útil optar pela ousadia, já que os silêncios de facto se enunciam. Como nos diz NourbeSe Philip:

When silence is
Abdication of Word tongue... and lip
Ashes of once in what was

... Silence
 Song Word Speech
 Might I ... like Philomena ... sing
 Continue
 Over
 Into
 ... pure utterance.
 Marlene NourbeSe Philip, 2008

BIBLIOGRAFIA

- BENEDEUCE, R. (1998), *Frontiere dell'identità e della memoria. Etnopsiquiatria e migrazioni in un mondo creolo*, Milão: Franco Angeli.
- BERTAUX, D. (1976), *Histoires de vie - ou récits de pratiques? Méthodologie de l'approche biographique en sociologie*, rapport du CORDES.
- BERTAUX, D. (1981), *Biography and Society. The Life History Approach in the Social Sciences*, Londres e Beverly Hills, Sage publications.
- DE CERTEAU, M. (1975), *L'Écriture de l'Histoire*, Paris, Gallimard.
- DELORY-MOMBERGER, C. (2004), *Les Histoires de Vie: de l'invention de soi au projet de formation*, Paris, Anthropos, 2e éd.
- DELORY-MOMBERGER, C. (2006), «Les ateliers biographiques de projet», in *Educação e Pesquisa*, Vol 32 (2), São Paulo.
- DELORY-MOMBERGER, C. (2009), *La condition biographique: essais sur le récit de sois dans la modernité avancée*, Paris, Téraèdre.
- DERRIDA, J. (1995), *Mal d'Archive: une impression freudienne*, Paris, Galilée.
- DERRIDA, J. (2000), *Of hospitality*, Stanford, Stanford University Press.
- FERRAROTTI, F. (1981), «Epistemological and methodological issues - On the autonomy of the biographical method», in D. Bertaux (org.), *Biography and Society. The Life History Approach in the Social Sciences*, Londres e Beverly Hills, Sage Publications.
- FERRAROTTI, F. (1988), «Sobre a autonomia do método biográfico», in A. Nóvoa e M. Finger (orgs.), *O Método (Auto)biográfico e a Formação*, Lisboa, Ministério da Saúde, 17-34.
- GRASSI, M. (2003), *Rabidantes*, Lisboa, ICS.
- LECHNER, E. (org.) (2009a), *Migração, saúde e diversidade cultural*, Lisboa, ICS.
- LECHNER, E. (2009b), *Histórias de Vida: olhares interdisciplinares*, Porto, Afrontamento.
- LECHNER, E. (2010), *Enfants de l'eau: la reconstruction de l'identité en situation d'immigration. Le cas des transmontanos en région parisienne*, Sarrenbruk, Éditions Universitaires Européennes.
- LECHNER, E. (2011), «La recherche biographique aujourd'hui: de science de l'incertitude à savoir ancrée», in *Le Sujet dans la Cité*, n.º 2, Paris.

- PANDOLFO, S. (1997), *Impasse of the Angels. Scenes from a Moroccan Space of Memory*, Chicago, University Press.
- PHILIP, M. N. (1989), *She tries her tongue: her silence softly breaks*, Charlotte Town, Ragweed Press.
- PHILIP, M. N. (2008), *Zong!* Middletown, CT, Wesleyan University Press.
- PINEAU, G. (1996), «Les histoires de vie comme art formateur de l'existence», in *Pratiques de formation*, n.º 31, pp. 65-80.
- PINEAU, G. (2006), «As histórias de vida como artes formadoras da existência», in E. Souza e M. H. Abrahão (Org.) *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*, Porto Alegre, Edipucrs.
- PLUMMER, K. (2001), “The call for life stories in ethnographic research”, in *Handbook of ethnography*, edited by Paul Atkinson and al., Londres, Sage.
- PLUMMER, K. (2003), «Intimate citizenship and the culture of sexual story telling», in J. Weeks, J. Holland, M. Waites (Org.), *Sexualities and society. A reader*, Cambridge, Polity Press.
- RUGIRA, J.-M. (2008), “A relação com o corpo e com a sensorialidade na história de vida: por uma abordagem somatopedagógica”, in Maria da Conceição Passeggi (org.), *Tendências da pesquisa (auto)biográfica*, São Paulo, Paulus.
- VILELA, E. (2010), *Silêncios Tangíveis: corpo, resistência e testemunho nos espaços contemporâneos de abandono*, Porto, Afrontamento.

NOTAS

1. Nome fictício.
2. Rabidante (porque se mexe) é o agente de um tipo de comércio que a ciência económica trata displicentemente por “informal”. E, no entanto, em Cabo Verde, este tipo de actividade constitui um eixo importante dos movimentos económicos e culturais transnacionais que perpassam este país insular de migrantes e que o ligam ao mundo. Formam-se, assim, redes em que os homens, mas sobretudo mulheres, exploram as margens por vezes silenciadas das hegemonias económicas e culturais que integram o nosso mundo globalizado de hoje. Marzia Grassi, ICS, 2003.
3. *Atelier graphique*, Universidade de Paris 8, Junho de 2004.

RESUMOS

Partindo da análise do “encontro” entre uma paciente refugiada em Portugal, um médico psiquiatra e a própria autora, este texto reflete sobre o sentido dos silêncios e silenciamentos observados no terreno etnográfico da “Consulta do Migrante”. Postos em diálogo com a assimetria estrutural existente entre as posições sociais e saberes dos migrantes (neste caso uma refugiada indocumentada) e dos autóctones (centro de refúgio, médico, antropóloga), tais silêncios e silenciamentos levantam questões de fundo sobre o substrato histórico das relações entre sujeitos e saberes em contextos de dominação. O silêncio das subjetividades confiscadas dos “dominados” traduz o monólogo dos saberes inquestionáveis dos dominantes. Vislumbrando uma possibilidade de diálogo, ousamos aqui uma proposta não prescritiva, distante da inocência da

interculturalidade como receita, e próxima da experiência da partilha tal como esta é proposta pela pesquisa biográfica.

This paper draws from the analysis of an “encounter” between a refugee woman in Portugal, a psychiatrist and an anthropologist, in the context of a transcultural consultation for migrants. Facing the silences and silencing observed among the psychiatrist and the patient, the goal is to reflect upon the contents of incommensurability in intercultural communication within contexts of domination. In this case, domination is found in the monologue of the hegemonic psychiatric knowledge imposed under the form of a medical diagnosis indifferent to the patient’s behavior. Consequently, domination is reflected in the silences of the refugee woman. Through the form of miscommunication and pre-oriented interpretation (the medical diagnosis), actually, such incommensurability reveal the historical background of power relations between individuals in asymmetric social positions (the doctor, the refugee, the anthropologist). By imagining a possible eventual dialogue, this paper proposes a non prescriptive alternative for intercultural communication through a self-reflective detour about the role of social scientists as architects of civic epistemologies: the experience of sharing life stories or biographical accounts as suggested by biographical research.

ÍNDICE

Keywords: silence, silencing, hegemonic knowledge, biographical research, experiential knowledge

Palavras-chave: silêncio, silenciamento, saberes hegemónicos, pesquisa biográfica, saberes de experiência

AUTOR

ELSA LECHNER

Investigadora, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, elsalechner@ces.uc.pt